

*Assessoria técnica junto  
aos Territórios  
Populares: Tecnologia  
social biopotente e a  
cartografia coletiva  
como possibilidade*

Technical assistance alongside the Popular Territories:  
Biopotent social technology and collective cartography  
as possibilities

*Marcela Silvano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança,  
Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara  
de Oliveira Assis*

## Assessoria técnica junto aos Territórios Populares: Tecnologia social biopotente e a cartografia coletiva como possibilidade

O Programa Natureza Política teve como desafio a construção de diretrizes metodológicas que dessem conta de mapear e dar visibilidade às práticas cotidianas em curso nos territórios auto-construídos, muitas vezes invisíveis aos olhos da academia e da ciência. Vale lembrar que o planejamento urbano costuma partir de um “Relatório de Diagnóstico”, ou seja, com a identificação dos problemas e das demandas no território, os quais são, via de regra, vinculados a critérios e a referências pré-definidas.

Entretanto, é sabido que as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais, e que a evidenciação de determinados dados em detrimento de outros está, quase sempre, associada a valores e interesses que a antecedem. Seria, portanto, pertinente iniciar qualquer processo de intervenção urbanística e arquitetônica a partir da problematização dos problemas e com a evidenciação das soluções já em curso. Assim, a partir desse mapeamento ampliado, dos acordos entre os envolvidos já territorializados, da equipe técnica e moradores, as estratégias necessárias para as intervenções pretendidas podem ser construídas na junção do saber

acadêmico e do saber construído na vivência no território.

Outra estratégia recorrente adotada para dar início ao trabalho dos arquitetos e urbanistas é a leitura do lugar. Ela se torna problemática quando tende a cair em uma ideia nostálgica e ingênua de identidade e homogeneidade e, isto posto capaz de transformar as cidades em cenário que servem tão somente à lógica de mercado (ARANTES, 1998). Na prática, os interesses não são coletivos todo o tempo e as identidades são várias e difusas, afinal nenhum grupo de vizinhança é uma comunidade a priori, esse é um processo em constante movimento e transformação (BARTHES, 2003). No caso das ocupações, o sentimento de comunidade é, muitas vezes, acionado a partir da construção coletiva de algum equipamento urbano, que pode funcionar como convocação para um grupo de pessoas se unirem em torno de um objetivo comum, em busca de um sentimento de grupalidade e/ou de pertencimento, mesmo que transitório e em transformação. Entretanto, essa grupalidade é continuamente confrontada com o sentimento real de incerteza da posse da terra e de uma possível e iminente expulsão do território ocupado (LOPES et al., 2020).

Apesar da importância do uso político do termo “comunidade”, é relevante que se tenha um entendimento da real dinâmica dos grupos sociais e não apenas dos grupos socialmente mais pobres, a partir de processos de associações provisórios, seguidos por rupturas e novas composições, em um processo contínuo e não-linear. As marcas deixadas pelas questões de classe são fundamentais para se entender as relações existentes nos territórios pobres, mas elas não esgotam o seu entendimento. Há diferenças de gênero, raça, religião, sexualidade, idade, entre outras que devem ser mapeadas e conside-

radas. O mapeamento de situações r-existentes vem justamente no sentido de considerar central as pré existências no território. Tomando o mapa como um instrumento político, uma ferramenta representativa que coloca narrativas em evidência, sejam elas hegemônicas, marginais, resistentes ou inventadas, é preciso cartografar e reconhecer narrativas construídas cotidianamente por mais invisibilizadas que elas estejam (LOPES et al., 2020).

Em outra vertente, a ideia de lugar sustenta também o planejamento urbano inspirado na gestão empresarial, que trata as cidades como empresas ou mercadorias e por isso, devem torná-las competitivas fontes de produção de renda (FERREIRA, 2007). No que tange à relação do projeto arquitetônico com sua execução e gestão, por serem recorrentemente entendidos como etapas distintas e sequenciais, é preciso buscar a aproximação de duas temporalidades distintas, a do projeto relacionada com um tempo futuro e a da execução, que, no caso das ocupações autoconstruídas, muitas vezes coincide com o tempo da urgência e da necessidade. Destaca-se que essa disjunção temporal está relacionada aos preceitos capitalistas, cujo modo de produção das técnicas está baseado em um tempo linear, que busca o controle da produtividade e a eficiência. O tempo das práticas coletivas não é funcional, nem puramente linear e cronológico, e sim do ato em processo, ou seja, de um planejamento flexível e aberto, atravessado constantemente pelos imprevistos e urgências. O que importa em processos que visam construções coletivas não é exclusivamente se chegar a um produto, mas agregar pessoas em torno de uma ação, em busca de interesses comuns, movidas pela vibração de se construir algo coletivamente (LOPES et al., 2020).

Por fim, pode haver um projeto pedagógico embutido na re-

lação dos arquitetos com o território, que se faz presente pela via da ciência ou da consciência sociopolítica. Em alguns processos participativos corre-se o risco de uma postura missionária que pode originar propostas predefinidas da qual se busca escapar. Com relação ao conceito de participação, tão caro aos processos baseados em importantes conceitos sociológicos, muitas vezes ele está baseado na ideia de algo que se concede, idealizado e decidido anteriormente por outra instância, e, por isso, passível de controle. Para se pensar em outros modos de fazer junto, vale lembrar do conceito desenvolvido por Roland Barthes (2003) sobre viver junto, associado a uma “aporia de uma partilha da distância”, e que não se estabelece na homogeneidade, mas “permite várias modalidades de encontro, que se desregula e se engendra na fluidez aleatória dos tempos e dos episódios” (BARTHES, 2003, p.13).

Afinados com essa percepção, entende-se que, em atividades de campo, não cabem pressupostos baseados na “conscientização”, “capacitação” ou mesmo “qualificação” de uns pelos outros. O grau de implicação de todos na ação deve ser determinante para provocar, nesse encontro de saberes e desejos, os agenciamentos e as conexões que produzem as redes. Tal mudança de perspectiva altera bastante a relação entre o pesquisador e o pesquisado, na medida em que o “objeto” de pesquisa é percebido como “sujeito”, com voz e saber a ser compartilhado.

## Tecnologia social biopotente

Trazendo esta discussão para o campo da arquitetura e do urbanismo, é recorrente o entendimento que as favelas e as ocupações autoconstruídas são territórios marcados exclusivamente pela falta e pela precariedade. Tal afirmação, apesar de não ser completamente falsa, a nosso ver, simplifica e apaga as sutilezas de um procedimento mais complexo que o anunciado. É possível identificar ações e subversões criadas nesses territórios, que podem também ser caracterizadas como ações biopotentes dentro das cidades, tendo em vista que são engendradas nas brechas do poder instituído, denunciando a própria fragilidade e as contradições das instituições (LOPES, 2015).

Desse modo, mesmo que haja uma reprodução das formas hegemônicas de se fazer espaço e moradia, as invenções cotidianas estão presentes, seja por força das circunstâncias, seja pela imanente potência da vida. Essa percepção faz levantar algumas questões: será que pessoas acostumadas a produzir o seu espaço não possuem saberes importantes para solucionar suas próprias demandas? Será que tanto o técnico bem intencionado, como o engajado ou mesmo o crítico não estão apegados a um lugar de saber carregado de valores pré definidos? Será que o mesmo lugar da precariedade e da falta pode ser também um lugar de invenção e de criação? Será que há sempre por parte da academia um projeto pedagógico embutido, seja pela via da ciência e do humanismo, seja pela via da consciência sócio-política, que tende a fazer tábula rasa com os saberes locais?

(LOPES et al., 2018).

Para responder às questões levantadas, a equipe de pesquisadores do Programa Natureza Política mobilizou dois conceitos importantes para a produção acadêmica, inclusive, no que se refere ao fortalecimento do tripé pesquisa-ensino-extensão: tecnologia social e biopotência. As tecnologias sociais (TSs) reaplicáveis, segundo Lassance e Pedreira (2004), podem ser definidas como "um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida" (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004, p.66).

O conceito de uma tecnologia social biopotente é proposto aqui considerando que as ações dos pesquisadores não são neutras, e por isso exigem um posicionamento político transparente e aberto a novas contaminações. Esse entendimento dialoga com o conceito de "ator-rede" e carrega esta simultaneidade: o ator está submetido a forças de poder presentes na rede, mas também interfere e age nela (LATOURETTE, 2012, p.75). Trata-se, pois, de um conceito relacional do que seja ator, identificável pela sua ação na rede, mas que, ao mesmo tempo, considera essa ação incerta e deslocada. Portanto, na construção de uma tecnologia social biopotente é necessário o reconhecimento de que todos os envolvidos na ação configuram uma rede em constante movimento (LOPES et al., 2018).

Ao admitir o valor e a potência das contracondutas engendradas nas práticas cotidianas subversivas, inclusive no que se refere àquelas relativas à produção do espaço, o desafio para os pesquisadores e intelectuais passa a ser o de construir meios e instrumentos que não reproduzam a lógica de saber-poder, na qual o saber está localizado e restrito ao ambiente acadêmico. Nesse sentido, o con-

ceito de uma tecnologia social biopotente parte do pressuposto de que as invenções cotidianas presentes nos territórios socialmente vulneráveis possuem um caráter subversivo, na medida em que são engendradas nas brechas e à revelia dos dispositivos de poder e controle acionados pelos agentes da produção hegemônica do espaço, marcada, atualmente, por uma racionalidade neoliberal. A partir disso, propõem-se que tais invenções sejam entendidas como pontos de partida (LOPES et al., 2018).

Além do mapeamento das invenções em curso juntamente com as fragilidades dos territórios, é preciso que estratégias de construção de agenciamentos sejam planejadas. Entretanto, é fundamental que tal planejamento seja, ao mesmo tempo, estrategicamente pensado e bastante flexível.

## Cartografias Coletivas

A cartografia foi o método adotado pela equipe de pesquisadores do Programa Natureza Política, por assumir a investigação como dispositivo de intervenção, produtora de acontecimentos abertos à imprevisibilidade da ação. Sendo assim, o encontro entre pesquisador e pesquisado, necessariamente, vai provocar desestabilizações, desencadeando a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações. Nessa abordagem, o movimento alternado do observador-pesquisador, ora em direção ao processo que pretende analisar, ora se afastando dele, desestabiliza a separação entre sujeito e objeto, tornando sujeitos políticos tudo e todos os envolvidos nos

processos, com vozes e saberes a serem compartilhados, e, por isso, passíveis de transformação. Trata-se, pois, de uma disponibilidade para o desconhecido, que nos conduz a um processo de desterritorialização constante (LOPES et al., 2018).

Em função disso, para se cartografar um território, não se deve recorrer apenas às estatísticas e aos instrumentos de investigação que buscam comprovar ou refutar teorias pré-estabelecidas. Isso pode acontecer quando a investigação parte de questionários, sejam eles estruturados ou não estruturados, cuja estrutura se baseia em perguntas e respostas.

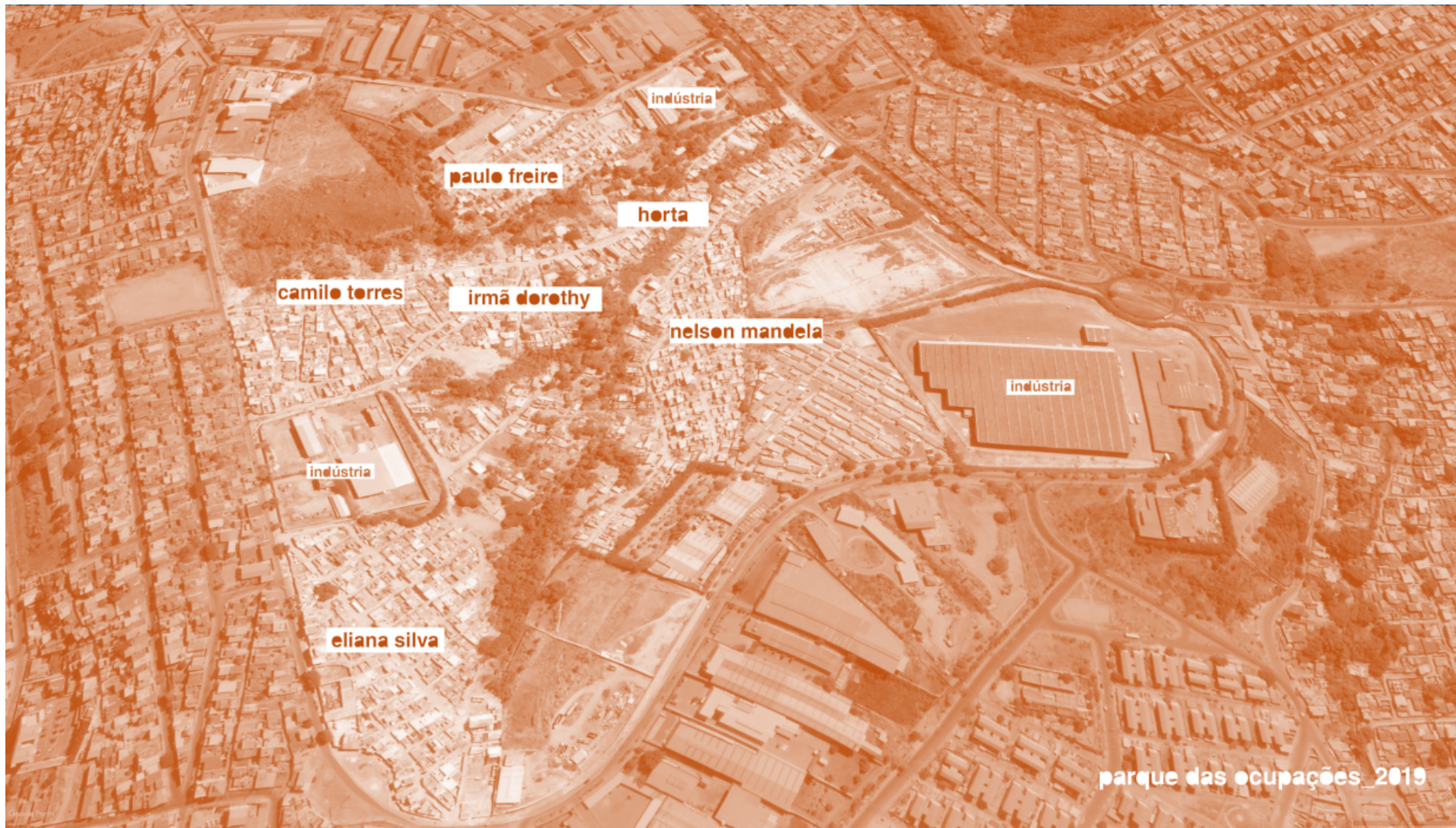
As pistas para essa cartografia podem ser encontradas tanto nas coisas físicas e evidentes, como também nas não palpáveis, que, ao serem mapeadas e evidenciadas, permitem a visualização e a transformação dos próprios envolvidos nesse processo, sejam eles pesquisados ou pesquisadores. E para que um processo cartográfico aconteça de fato - sob a forma de um jogo aberto sem respostas pre-estabelecidas e/ou conhecidas, mas de perguntas que podem gerar outras perguntas e muitas provocações - é preciso construir instrumentos de campo capazes de operar tanto visando a investigação quanto a intervenção, seja no território físico, seja na produção de novas subjetividades (LOPES, 2019).

## *Pesquisa-intervenção junto aos Territórios Populares*

O Projeto Parque das Ocupações, coordenado pelo Programa Natureza Política, é desenvolvido junto às ocupações Eliana Silva e Paulo Freire. Ambas são coordenadas pelo Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e estão localizadas em um Vale na região do Barreiro, onde também estão inseridas outras quatro (4) ocupações urbanas (Camilo Torres, Irmã Dorothy, Horta, Nelson Mandela) e algumas indústrias, todas disputando espaço com uma grande área verde (Figura 1).

**Fig.**  
**01**

**Gleba do Parque das Ocupações**  
**Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.**



Inspirados no Método Cartográfico Indisciplinar<sup>1</sup>, a investigação sobre o Vale das Ocupações partiu das perguntas simples (o que?, por que?, com quem?, com o que?, quando? e onde?), cuja rede de conexões foi sendo visualizada e analisada junto aos moradores, permitindo a construção de um território não apenas físico, mas vivido e transformado o tempo todo.

Em 2016, foi iniciado o mapeamento da relação dos moradores das Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva com a natureza, a partir do qual foi possível perceber que apesar da subtração da vegetação nas fronteiras entre o território das moradias autoconstruídas e a área de preservação ambiental, o verde retornava às ocupações sob a forma de jardins, hortas e pomares, em vários quintais e frentes das casas, por motivos diversos, desde a necessidade alimentar, passando pela composição da renda familiar, até alcançar a memória afetiva associada aos sabores e aos cheiros das plantas.

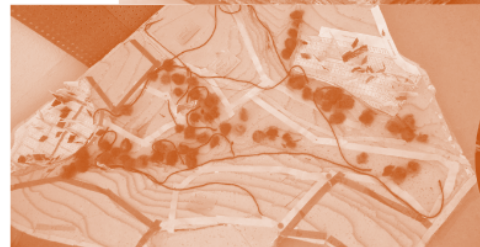
**Fig. 02** Mapeamentos feitos pelos alunos da disciplina "PFLEX Parque das Ocupações" a partir de visitas ao território  
 Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.

<sup>1</sup> Método de investigação construído por pesquisadores do grupo Indisciplinar (LOPES; RENA; SÁ, 2019)

# Mapas aterrizados

A primeira ação no sentido de entender o Parque das ocupações foi a elaboração de uma **maquete física**. Vários ícones foram utilizados tanto para coletar dados diretamente quanto para conversar com os moradores. A elaboração da maquete auxiliou a todos na hora de reconhecer cada local e analisar a altimetria. Foram incluídos **ícones, junto dos moradores**, que marcavam a presença de água, lixo, canteiros, hortas e residências.

O termo "Mapa Aterrizado" se refere às questões mapeadas no local das ocupações. São mapas elaborados a partir de pontos de vista próximos.



Maquete produzida por/ Mapa pelo grupo

**PAULO FREIRE**  
referências

Seu Edimar é conhecido pela sua horta, que está em expansão. Ele doa o que colhe e oferece mudas para quem tiver interesse.

Seu João planta o que vem de sua cultura, doa para a ocupação, inclusive a terracina, que tem função de antibiótico.

Onde hoje fica o container, um dia foi a fossa local. Hoje em dia a fossa encontra-se no meio do campo, aberta, ainda aguardando tratamento.

Antiga cozinha comunitária: ela deixou de existir por problemas de gestão, deixando uma área de referência a ser explorada. Junto à essa área, há uma casinha rosa utilizada pelas crianças para lazer.

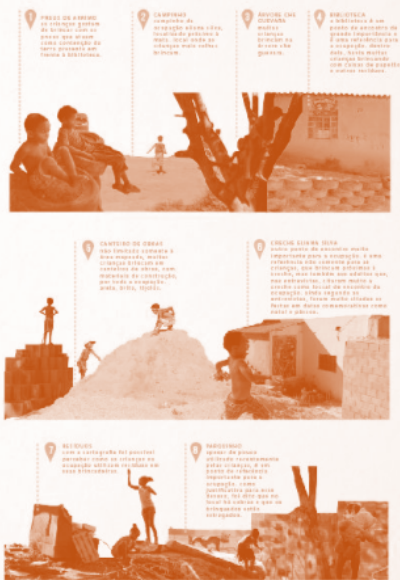


## ELIANA SILVA

espaços de encontro e crianças



- legenda
- 📍 pontos
  - 📍 pontos
  - 📍 pontos



## ELIANA SILVA

jardins, hortas e pomares

Mapeamento realizado pelo grupo 3



- 1) Dona Antônio
- 2) Filha da Dona Eudi
- 3) Dona Terezinha
- 4) Cabelinho
- 5) Fábio
- 6) Sebastião
- 7) Sinval
- 8) Dona Cleusa
- 9) Júlio Cesar
- 10) Márcia
- 11) Dona Rita
- 12) Margarete
- 13) Rondinela
- 14) Gordinho

## PAULO FREIRE

jardins, hortas e pomares

Mapeamento realizado pelo grupo 3



- legenda
- 📍 hortas existentes
  - 📍 animais
  - 📍 espaços destinados à hortas
  - 📍 espaços destinados à equipamentos comunitários

- Hortas Existentes**
- 1) João
  - 2) Edimar
  - 3) Horta Comunitária
  - 4) Penha
  - 5) Alexandre
  - 6) Kelton

- Animais**
- 1) Mary
  - 2) Seu Zé
  - 3) Nilda

- Ambos**
- 7) Seu Nadir

## ELIANA SILVA

resíduos e artesanias



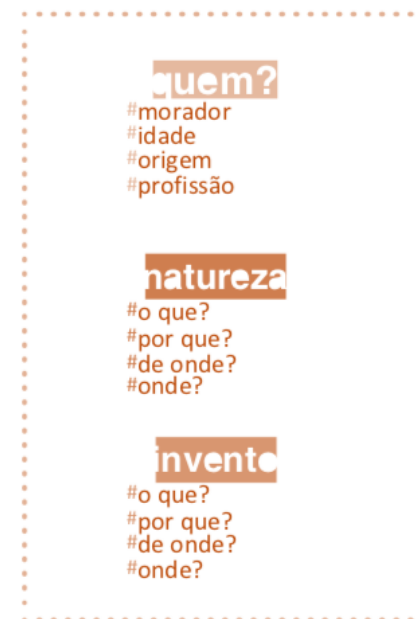
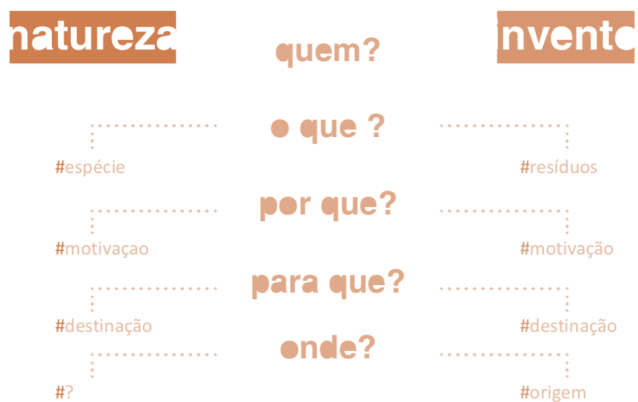
- legenda
- 📍 pontos
  - 📍 pontos
  - 📍 pontos



## entremeios

Em 2019, um novo mapeamento foi realizado na Ocupação Paulo Freire, onde foram entrevistadas 18 famílias, utilizando-se, desta vez, o Método Cartográfico Indisciplinar. Este mapeamento tinha como propósito mapear a coleta de resíduos sólidos, advindos da construção civil, e sua transformação em soluções para a construção de muitas das casas das ocupações autoconstruídas. Em paralelo, foi feito o mapeamento dos jardins das casas e a relação dos moradores com o seu plantio. Para haver um cruzamentos dos dois mapeamentos, foi elaborada uma única ficha para os levantamentos.

**Fig. 3** Planilhas para mapeamento na Ocupação Paulo Freire  
 Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



|        | planilha de agrupamentos |           |       |          |            |  |
|--------|--------------------------|-----------|-------|----------|------------|--|
| quem?  | o que                    | para que? | onde? | de onde? | para onde? |  |
| casa 1 |                          |           |       |          |            |  |
| casa 2 |                          |           |       |          |            |  |
| casa 3 |                          |           |       |          |            |  |
|        |                          |           |       |          |            |  |
|        |                          |           |       |          |            |  |
|        |                          |           |       |          |            |  |

Desta forma, foi possível mapear: (1) o tipo de material coletado (O QUE): portas, janelas, pallets, madeirites, vasos sanitários, pedras de granito, divisórias, entre outros resíduos; (2) a origem (ONDE) dos materiais coletados: aqueles que estão em melhor estado são procedentes de doações de empresas da região, os demais vêm das ruas e das caçambas.

Muitas vezes os materiais coletados são destinados a um uso não óbvio (POR QUE), através da ressignificação desses objetos para outros fins, como um guarda-roupa transformado em vedação (Figura 4), latas de tinta em vasos de plantas (Figura 5) e pneus que são usados como contenção (Figura 6), etc.

**Vedação de Guarda-Roupa desmontado**  
**Fonte: Arquivo do Programa de Extensão**  
**Natureza Política.**

**Fig.**  
**04**





**Fig.**  
**0 5**

Latas de tinta e baldes transformados em vasos de planta. Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



Contenção construída com pneus  
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão  
Natureza Política.

**Fig.**  
**0 6**

Por fim, no que diz respeito às motivações (POR QUE 2) dos moradores para essa coleta, foram identificadas: intenção de uso imediato, de doação, de venda ou de troca. Verificou-se também que, nos casos em que o material coletado está em ótimas condições, as pessoas optam por guardá-lo em algum lugar da casa, para quando surgir uma oportunidade, vendê-lo a um interessado, ou mesmo trocá-lo por algum serviço de construção. No decorrer das visitas, constatou-se que grande parte dos resíduos das coletas eram doados por e para familiares e vizinhos, configurando, assim, uma potente rede de trocas entre os moradores (QUEM).

A rede de trocas identificada nos levantamentos descritos no tópico anterior nos remete às reflexões feitas por Polanyi (2000) sobre os princípios de comportamento das economias empíricas, a reciprocidade e a redistribuição, baseadas na “ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada em motivações econômicas”, com garantia de ordem na produção e na distribuição (POLANYI, 2000, p.67). Um outro princípio abordado por Polanyi é o da domesticidade, ou “produção para uso próprio” (POLANYI, 2000, p.70). Já nas economias de mercado há um rompimento desses comportamentos, visto que o trabalho e a terra são transformados em mercadoria e dinheiro. Importante ressaltar que para Polanyi essas transformações não acontecem historicamente de forma linear, muito menos excludente. Esses procedimentos estão associados a diferentes motivações, e não a uma “evolução” das formas das trocas econômicas.

Entretanto, foi também possível identificar que as soluções inventadas no cotidiano, percebidas por nós como pistas importantes

de outro modo de se produzir espaços e materialidades e de se relacionar com as naturezas, via de regra, são substituídas pelos moradores das ocupações por soluções convencionais. Tão logo se ganha um dinheiro extra e, por exemplo, um carro é comprado, o jardim desaparece. O mesmo acontece em relação às artesanias construtivas mapeadas, tanto na escala da moradia, com a instalação de porcelanatos e construção de muros, quanto na escala urbana coletiva, na demanda insistente por asfalto para a pavimentação das ruas. As artesanias percebidas durante a pesquisa como sendo uma terceira margem subversiva estão, como tudo, no jogo dialético da produção do espaço.

Sobre o mapeamento dos jardins realizado na mesma ocasião, foram levantados 14 jardins particulares na Paulo Freire e 16 na Eliana Silva, além de 2 hortas comunitárias onde também se cultivam flores, uma em cada ocupação, 2 nascentes, 1 parquinho e 1 campo de futebol da Paulo Freire.

O foco do mapeamento estava nos jardins feitos por pessoas engajadas pessoalmente no plantio, cuja relação com os não-humanos (plantas, animais, água e solo) estava na ordem dos afetos e do cuidado. Por meio de uma observação participante dos jardins e de entrevistas de caráter etnográfico, a equipe de pesquisadores pôde constatar que os moradores da Ocupação Paulo Freire mantêm jardins em suas casas, principalmente, em função da sua origem em cidades pequenas e zonas rurais, trazendo, assim, as memórias dessa vivência cultural. A maioria cultiva flores, verduras, legumes e frutas e criam animais em suas casas ou em áreas coletivas da ocupação. Observou-se também que há ali uma demanda de cultivo para o sustento da família, a partir de plantações de ervas para temperos, remé-

dios, misturados a plantas ornamentais, que são cultivados por todos os familiares. Um exemplo disso é um morador de aproximadamente 40 anos, que não só cultiva várias espécies de plantas como também prepara o adubo artesanalmente, com os resíduos orgânicos da própria casa e mantém uma sucinta criação de abelhas para a polinização do jardim da residência de aproximadamente 18 m<sup>2</sup>. Além disso, ele constrói uma rede de recebimento de resíduos e distribuição de adubo, fomentando as relações com seus vizinhos, com os animais e plantas, sendo possível afirmar que esse cuidado não é restrito ao ambiente doméstico, mas que se estende para o espaço coletivo da Ocupação. (BRAGANÇA et al., 2021).

## Considerações finais

Em todos os levantamentos realizados, observou-se que, no que diz respeito às precariedades existentes nessas ocupações, elas estão presentes tanto na escala do território e da rua, quanto na escala da residência. Simultaneamente a essas precariedades, e via de regra por causa dessas, surgem inventos, que podem ser identificados tanto no uso compartilhado das ruas por carros, motos, bicicletas e pedestres, como em engenhosas soluções construtivas realizadas nas casas e nos espaços coletivos.

Entendendo a pesquisa como um ato de investigação e de intervenção nos territórios, todas as atividades realizadas em prol da melhoria nas Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire tiveram a cartografia como dispositivo de visibilidades e, ao mesmo tempo, de cons-

trução de acordos sobre as diretrizes das intervenções. Sobre elas, o leitor poderá se inteirar recorrendo ao artigo escrito pela equipe do Natureza Política para o Capítulo 3 deste livro.

## Referências

ARANTES, Otilia B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Edusp, 1998.

BARTHES, Roland. **Como viver juntos: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAGANÇA, Luciana Souza; LOPES, Marcela S. Brandão; PEREIRA, Luiz Eduardo Minks; GUINHO, Luiza da Anunciação. **PARQUE DAS OCUPAÇÕES: DA NATUREZA OBJETO À NATUREZA SUJEITO**. Belo Horizonte, 2021.

FERREIRA, J.S.W. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Brasil, Petrópolis: Vozes, 2007.

LASSANCE JR., Antônio.; PEDREIRA, Juçara Santiago. **Tecnologias Sociais e Políticas Públicas**. In: Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Bauru: EDUSC/ Salvador: EDUFBA, 2012.

LOPES, Marcela S. Brandão **Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes**. 2015. 276 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>> Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, Marcela S. Brandão; BRAGANÇA, Luciana; BARBOSA, Marcus; AMARAL, Mayumi; RENA, Natacha. **Tecnologia social biopotente: Parque das Ocupações e extensão universitária**. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <[http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2018/10/RevistaIndisciplinar6\\_PROVA4.pdf](http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2018/10/RevistaIndisciplinar6_PROVA4.pdf)>. Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, Marcela S. Brandão; BRAGANÇA, Luciana Souza; COELHO, Matheus Silva; GUINHO, Luiza da Anunciação. **QUEM OCUPA CONSTRÓI CONTRACONDUTAS**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC-MG). Belo Horizonte, v.26, p.141-182, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p141>.

LOPES, Marcela S. Brandão. **Quatro experiências extensionistas: Deslocamentos espaciais e narrativos**. Interfaces, Revista de Extensão da UFMG, v.7, n.1. Belo Horizonte, 2019. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/480>>. Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. **Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma**. VIRUS, São Carlos, n.

19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000.